

## **“A gente precisa da terra para viver”: dilemas territoriais na aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goiti (Palmeira dos Índios/AL)**

*“We need the land to live”: territorial dilemmas in the Xukuru-Kariri Cristo do Goiti village (Palmeira dos Índios/AL)*

Erick Charles Oliveira Silva\*

Ezequiel Pedro Farias Cajueiro\*\*

José Adelson Lopes Peixoto\*\*

Palavras-chave:

Cultura

Disputa

Terra

**Resumo:** Neste estudo, analisamos os desdobramentos e faccionalismos políticos no território indígena da Aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goiti, em Palmeira dos Índios-AL. O objetivo foi discutir como o território se relaciona com a imaterialidade sociocultural, influenciando as práticas religiosas e cotidianas dos indígenas. A pesquisa sendo relevante por inserir a comunidade nas discussões sobre cultura, religião e questões indigenistas, ampliando futuros estudos e fortalecendo as reivindicações políticas e sociais. A metodologia incluiu pesquisa de campo, observação, entrevistas gravadas com moradores e lideranças indígenas. O referencial teórico se baseando em estudos sobre História Oral, o conceito de território e a diáspora forçada dos povos Xucuru e Cariri. A análise final destacou a importância dos laços de parentesco nas relações sociopolíticas endógenas desses indígenas emergentes.

Keywords:

Culture

Dispute

Land

**Abstract:** In this study, we analyzed the political developments and factionalisms in the indigenous territory of the Xukuru-Kariri Cristo do Goiti Village, in Palmeira dos Índios-AL. The aim was to discuss how the territory relates to socio-cultural immateriality, influencing the religious and daily practices of the indigenous people. The research is relevant because it brings the community into discussions about culture, religion and indigenous issues, broadening future studies and strengthening political and social demands. The methodology included field research, observation and recorded interviews with residents and indigenous leaders. The theoretical framework was based on studies of oral history, the concept of territory and the forced diaspora of the Xucuru and Cariri peoples. The final analysis highlighted the importance of kinship ties in the endogenous socio-political relations of these emerging indigenous peoples.

Recebido em 14 de janeiro de 2025. Aprovado em 22 de abril de 2025.

\* Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL) e membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Email: erick.silva.2022@alunos.uneal.edu.br.

\*\* Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL) e membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Email: ezequiel.pedrofarias@gmail.com.

\*\*\* Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor Titular na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Coordenador do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL) e Orientador do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL). E-mail: adelsonlopes@uneal.edu.br.

## Introdução

O município de Palmeira dos Índios está localizado na região Agreste do estado de Alagoas, a aproximadamente 140 km da capital, Maceió. Atualmente, no município, existem 11 aldeamentos do povo indígena Xukuru-Kariri, com isso, torna-se necessário abordar o contexto provocando o emergir da recém-formada Aldeia Cristo do Goití. A princípio, tivemos a informação da existência desta nova aldeia em entrevistas realizadas com alguns indígenas estudantes nas turmas de nonos anos da Escola Municipal Dr. Gerson Jatobá Leite, no decurso da realização de outra pesquisa.

Neste estudo buscamos analisar as tramas do surgimento da aldeia em discussão, descrevendo desde o contexto da formação inicial, até a configuração atual, evidenciando a importância de pensarmos os indígenas enquanto sujeitos ativos e protagonistas da História, não apenas como objetos de estudo, entendendo suas tradições e reivindicações identitárias e territoriais. Para que as desses povos, social e historicamente segregados ao longo dos séculos, possam ecoar, com a necessidade de incluir as comunidades emergentes (Arruti, 1995) nas discussões atuais nos mais diversos campos historiográficos, como a História Cultural (Pesavento, 2014) e oral (Alberti, 2000; 2004).

A pesquisa foi resultado de um projeto de iniciação científica (PIBIC), financiada pela FAPEAL/UNEAL e desenvolvida no segundo semestre de 2024. A escolha do título ocorreu a partir de um relato do cacique na Aldeia, Luiz André Pires Pirigipe, durante a segunda entrevista realizada com a liderança; na ocasião, discutímos sobre o processo de formação do aldeamento e a conquista territorial do espaço onde se localiza atualmente. Nos desdobramentos das mobilizações reivindicatórias da área homologada como Terra Indígena (TI) do povo Xukuru-Kariri (Dória, 2008), os membros da aldeia estudada tiveram que comprar, com recursos próprios, as terras que, por direito, eram suas, mas estavam com fazendeiros e posseiros<sup>1</sup> da região, surgindo então as discussões acerca dos dilemas territoriais desse povo.

As pesquisas que resultaram nas discussões em tela, perpassaram pela realização de entrevistas semiestruturadas, em colaboração com professores

parceiros. As idas a campo no território, possibilitaram conhecer a aldeia localizada no alto da Serra do Goití, bem como os moradores, os cotidianos e alguns relatos acerca do processo formador do aldeamento, por meio de entrevistas, pelos atuais líderes político (Cacique Luiz André) e religioso (Pajé John Edson). Essas ações foram norteadas pelos pressupostos teóricos de Alberti (2000; 2004), desde a elaboração do roteiro, ao tratamento e a posterior finalização da entrevista; e Manzini (2008) sobre o processo de transcrição do material gravado.

Retirando o indígena do papel exclusivo de “objeto de estudo”, como imparcial nos processos de construção historiográfica das suas identidades, e os situando como “sujeitos de pesquisa” protagonistas de suas vivências, recorremos a alguns autores pesquisadores indígenas, em aspectos culturais de representatividade, identidade e protagonismos, discutindo processos contracoloniais e decoloniais nas influências impostas pelos europeus portugueses em seus territórios. Consultamos Gersem Luciano Baniwa (2021), antropólogo indígena do povo Baniwa, e Izabelle Louise Monteiro Penha (2023), pesquisadora indígena do povo Tremembé.

Além disso, metodologicamente, buscamos os aportes teóricos de Haesbaert (2005), sobre território, territorialidade e os processos de desterritorialização e multiterritorialidade; e Raffestin (1993; 2012), sobre as questões de representações na qual o território se insere. Também referências práticas em pesquisadores sobre temática indígena, como Antunes (1973), Soares (2020) e Peixoto (2019), com referências ao grupo étnico Xukuru-Kariri, habitando desde fins do século XVIII na região, atualmente, formando o município de Palmeira dos Índios. As análises foram tecidas com o suporte visual de fotografias e imagens, buscando situar, visual e geograficamente, a região aldeada *lócus* de nossos estudos.

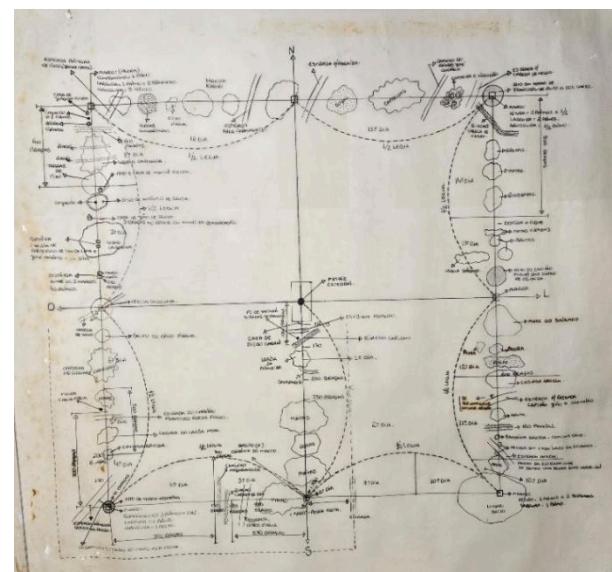
## A formação do território indígena Xukuru-Kariri Cristo do Goití

A partir das últimas décadas do século XX a História Cultural, enquanto escola historiográfica, apresentou novas formas de interrogar o passado,

destacando constatações como “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas” (Pesavento, 2014, p. 16). Esta tendência confirmou a inexistência de verdades absolutas e impulsionou os historiadores a pensarem que “a História constrói um discurso imaginário e aproximativo sobre aquilo que teria ocorrido um dia” (Pesavento, 2014, p. 53).

Foi nessa ótica culturalista que analisamos os dilemas perpassados no território, atualmente configurando o município de Palmeira dos Índios, no Agreste alagoano, resultado de uma sesmaria doada ao Desembargador Cristovão de Burgos, na segunda metade do século XVII, tendo sido fragmentada e vendida, parte dela, para o Coronel Manuel da Cruz Villela, após a morte do Desembargador, no início do século XVIII (Peixoto, 2019). O primeiro relato de presença indígena na região é datado do ano de 1740, registrado pelo Vigário José de Maia Mello, no Arquivo Paroquial da Secretaria da Diocese local. Entretanto, a chegada dos povos Xucuru e Cariri (as grafias Xucuru e Cariri se referem ao período anterior a junção desses povos, ocorrida em 1773, quando se referir à depois dessa junção, grifara-se como Xukuru e Kariri) na região é estimada entre os anos de 1630 e 1660 (Antunes, 1973), anterior a doação da sesmaria.

Enquanto, os indígenas Cariri chegaram à região fugidos da colonização estabelecida no litoral, os Xucuru vieram fugidos da seca que assolava a região onde viviam, em Cimbres, Pesqueira-PE (Antunes, 1973). Em 1770, chegou ao aldeamento de Palmeira dos Índios o Frei Domingos de São José, com a missão de catequizar os indígenas habitantes do local. Três anos após, o Frei recebeu da viúva do Coronel Manuel da Cruz Villela, D. Maria Pereira Gonçalves, meia légua em quadra de terra, para erguer uma capela a título do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, padroeiro da família sesmeira, no alto da Serra da Cafurna, um dos locais habitados pelos Xucuru e Cariri; para a continuidade da catequese dos indígenas, conforme a Figura 1, a seguir:



**Figura 1 – Croqui da terra indígena de Palmeira dos Índios/AL, elaborado por Luiz Torres<sup>2</sup>**

Fonte: Luiz Torres (1971) (Acervo do GPHIAL)

A representação gráfica acima, em forma de croqui, foi elaborada pelo escritor e comerciante Luiz de Barros Torres, que durante boa parte da segunda metade do século XX estudou e percorreu a região correspondente a meia légua em quadra de terra dada pelos sesmeiros, buscando identificar os principais pontos e marcos da história constituindo a sesmaria, região onde, mais tarde, se formou o município de Palmeira dos Índios/AL. No ofício, buscou registrar o percurso feito, catalogando os principais aspectos desse contexto e deixando para a posteridade em forma de documento.

Na figura, observamos ao centro o marco inicial da sesmaria, a igreja inicialmente erigida a título do Senhor Jesus da Boa Morte que, mais tarde, transformou-se na catedral diocesana da região, sob o padroado de Nossa Senhora do Amparo. Nas extremidades da cena, destacada nos pontos Norte, Sul, Leste e Oeste, está registrada a trajetória dos 16 dias percorridos por Luiz Torres, evidenciando pontos como as regiões de matas, grutas, rios, capoeiras, fazendas, terras privadas e os marcos dos limites da sesmaria; destacando ainda que para dimensionar a distância aproximada de cada área utilizou das unidades de medidas de “Braças” e “Léguas”.

Naquele mesmo ano foi lavrada a escritura de doação das terras, após a exigência feita ao Frei para que erigisse uma capela no topo da serra, consagrada ao Bom Jesus da Boa Morte, visando converter os

povos indígenas habitando no local em novos cristãos e devotos do referido padroeiro. Posteriormente, com o advento dos colonos na região, o Frei convenceu os indígenas a erguerem uma nova igreja, no sopé da serra da Boa Vista, em homenagem a padroeira Nossa Senhora do Amparo e tendo por administrador o padre João Morato Rosas (Soares, 2020; Peixoto, 2019).

Esses acontecimentos contribuíram consideravelmente para o aumento do fluxo de colonos (comerciantes e tropeiros), migrando para a região e se estabelecendo no entorno da nova igreja matriz, originando um conglomerado de residentes não indígenas na região. O povoamento, gradativamente, formou o município de Palmeira dos Índios, enquanto os indígenas observavam cercas sendo erguidas e “criando a privatização de um espaço que estavam habituados a usarem livremente” (Peixoto, 2019, p. 35).

Apesar do nome do município remeter as origens dos indígenas na região, o pertencimento territorial não se reflete no entorno, é focado somente aos domínios dos 11 aldeamentos na região. Uma vez que ao retratar a presença do povo na localidade, os meios aos quais Palmeira dos Índios utiliza para isso são, muitas vezes, racistas, estereotipados e preconceituosos, representando os indígenas de maneira romantizada e folclórica, com base em referenciais imagéticos colonialistas.

Essas breves informações históricas acerca da formação do município são de salutar importância, para situar sobre os conflitos e imbricações perpassando o contexto formador de Palmeira dos Índios, para assim compreendermos os futuros aldeamentos que venham a surgir, a exemplo do *lócus* de nosso estudo, a Aldeia Cristo do Goiti. Deste modo, compreendendo os conflitos entre indígenas e não indígenas como algo muito anterior a situação atual, datados de um período que remonta a meados do século XVIII; da mesma forma como a aldeia estudada, também tem origens vinculadas às perseguições da elite político-fundiária na região.

Quanto aos aspectos práticos, utilizamos como alicerce teórico os pressupostos bibliográficos de Alberti (2000; 2004) e Prins (2011), uma vez que realizamos entrevistas semiestruturadas, elaborando perguntas específicas sobre determinados temas

relacionados ao contexto de formação do aldeamento e as pessoas com papéis de protagonistas nesse ínterim, buscando diversificar as narrativas sobre o ocorrido. As reflexões da pesquisadora Verena Alberti (2000; 2004) contribuíram para o nosso estudo, desde a elaboração dos cronogramas de entrevistas, até a escolha dos entrevistados e o tipo metodológico adotado.

Uma vez obtida uma base de informações significativas para a realização do estudo, entrecruzamos as fontes orais (Alberti, 2000; 2004; Prins, 2011), objetivando analisar, detalhadamente, os discursos dos indígenas entrevistados acerca do tema referente a formação da Aldeia Cristo do Goiti. Entretanto, não nos limitamos na utilização única das fontes orais como material de apoio para historicizar o processo de formação da aldeia, também analisamos fontes múltiplas e independentes (Prins, 2011), como as documentais, disponíveis no Acervo Documental-do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), situado no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas e nas coleções pessoais dos indígenas.

As entrevistas realizadas com as lideranças Cacique Luiz André, Pajé John Edson e com outros indígenas, possibilitaram identificar e descrever o percurso histórico da Aldeia Cristo do Goiti, uma vez que até o momento não foram produzidas reflexões históricas sobre a aldeia. Sendo assim, o nosso estudo é de uma importância fundamental ao pensar e produzir na história, ou a partir dela, registros e discussões sobre grupos ou povos tradicionais, com pouca visibilidade social, para que estes não sejam esquecidos e/ou silenciados pelo tempo (Rodrigues, 2023). O Cacique Luiz André narrou, durante a primeira entrevista, o contexto em que a aldeia foi formada<sup>3</sup>:

[...] conscientizei os meus cunhados as minhas cunhadas a virem pra cá que justamente onde tavam nossas famílias, tavam nossas raízes, deles, eu prezei mais por eles, que eu sou natural de Porto Real do Colégio, Kariri-Xokó (...) então eu falei: “gente, vamos pra serra do Cristo, porque lá morou os bisavós de vocês, eles construíram e ficaram por ali, permaneceram por ali, então vamos pra lá e a gente pode construir; a família tem potência de construir a própria aldeia, a

própria comunidade dentro da etnia Xukuru-Kariri”. E aí a gente veio, saímos construindo casa por casa, nós mesmo, só gastamos com material, mas nós mesmo começava a casa de um, fazia a casa de outro, e assim, tamo aqui. [...] (Luiz André, 2023).

O pertencimento étnico a outro grupo indígena não impediu o Cacique Luiz André de ser aceito na aldeia, após ter provocado uma mobilização dos integrantes, outrora dispersos habitando no centro urbano, na cidade e em regiões circunvizinhas. Os indígenas o nomearam como o líder político do aldeamento, bem como fizeram de John Edson o líder religioso. Questionado durante a segunda entrevista, sobre como se sentiu ao receber a notícia, rememorou acerca do dia com emoção<sup>4</sup>:

Foi um sentimento de medo. [...] O cacique, ele é escolhido pelo povo, ele é o prefeito da comunidade, mas aí é que vem o medo, por que ele tem que usar inteligência, sabedoria, compreensão e entendimento [...]. No nosso país,

lei vai contra lei, por isso eu fiquei com medo, por que as nossas leis internas [da aldeia] não definem as leis judiciais. Quando eu fui nomeado, por unanimidade, veio o medo, por que todo mundo confiou em mim e eu não sabia de nada, por isso fui buscar algo sobre a legislação (Luiz André, 2024).

A aldeia Cristo do Goití é a mais recente dentre as demais comunidades do povo Xukuru-Kariri, tendo sido formada no decurso de 2017, com aproximadamente sete anos de existência e liderada, desde o início, pelo Cacique Luiz André e o Pajé John Edson. O aldeamento possui uma área territorial próxima de 12 tarefas<sup>5</sup> de terras em um terreno bastante acidentado, onde nas poucas áreas planas estão as residências dos indígenas. Destacamos, na prancha fotográfica a seguir, configurando a Figura 2, parte desse contexto habitacional citado, dispondo de fotografias produzidas durante nossas idas a campo.



**Figura 2 – Aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goití**

Fonte: acervo pessoal dos autores (2024)

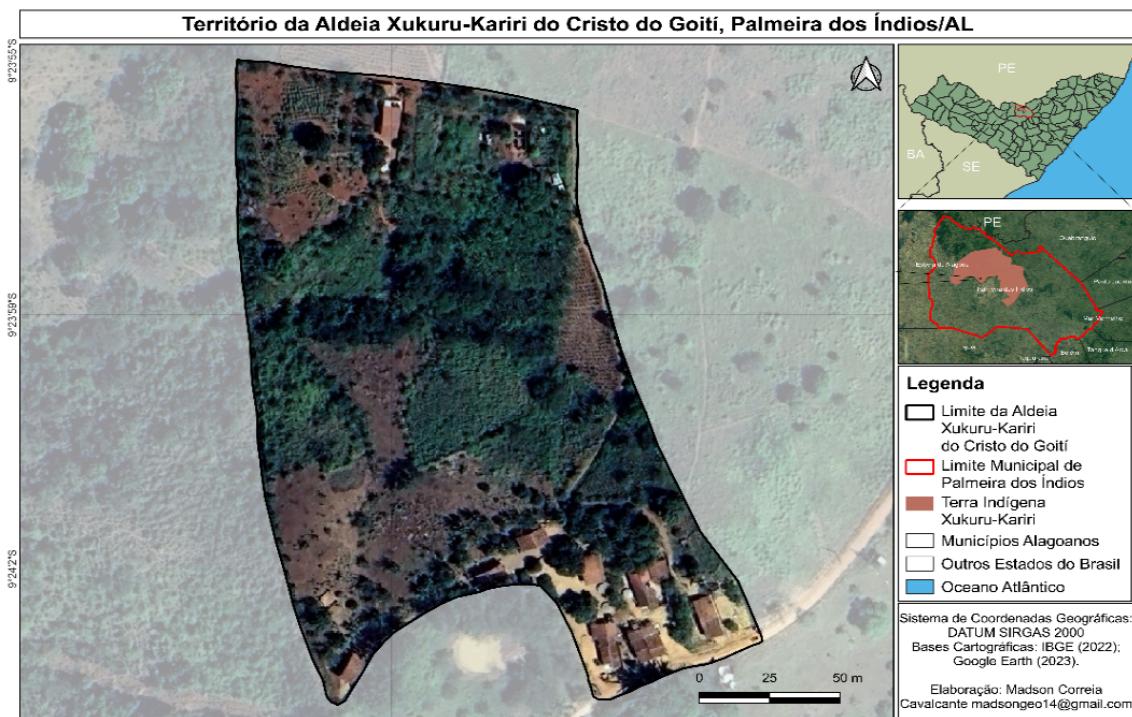
As fotografias 1 e 2, da prancha fotográfica acima, apresentam uma estrada de barro para o acesso à Aldeia Cristo do Goiti, emoldurada, no lado esquerdo, por vegetações de mato fechado, em terrenos de propriedades privadas; no lado direito da estrada, encontram-se as primeiras casas compondo o aldeamento e abrigando as famílias indígenas na localidade. No fundo de ambas as fotos, observa-se a porteira de entrada de uma fazenda particular, situada às margens da Aldeia, que funciona como ponto turístico no município, sendo um lugar de grandes belezas naturais e atraindo o interesse e a admiração dos turistas.

Destarte, as fotografias 3 e 4 mostram o interior da Aldeia, pois foram produzidas no centro do espaço habitado no território total. Cada uma foi capturada de um ângulo diferente, a foto 3 foi voltada para o lado da entrada (mostrada em outra perspectiva nas imagens 1 e 2), enquanto a foto 4 foi capturada do mesmo ponto, no entanto, voltada para os fundos da Aldeia, na qual sendo possível observar, em segundo plano, a vegetação que se estende por todo o território aldeado.

Atualmente, a Aldeia abriga cerca de 19 famílias, em 12 tarefas de terras, usadas para a

agricultura coletiva. As condições do espaço e as moradias são bastante precárias, os esgotos são a céu aberto e a população é pouco assistida pelo poder público, os órgãos de assistência social e as políticas indigenistas. As mobilizações e reivindicações dos indígenas, desses em particular, são para além da disputa territorial e perpassam por questões de subsistência e garantia dos direitos fundamentais, como o saneamento básico, saúde, educação e assistência social de modo amplo.

Todas as casas na Aldeia, destacou o Cacique Luiz André durante a primeira entrevista, foram construídas pelos próprios indígenas da comunidade, em regime de mutirão: “saímos construindo casa por casa, nós mesmo né, só gastamos com material, mas nós mesmo começávamos a casa de um, fazia a casa de outro, e assim estamos aqui” (Luiz André, 2023). Esse sentimento de comunhão característico das populações indígenas, considerando que, a família representa o máximo da importância existencial, as raízes sustentando todo o ordenamento e funcionamento da aldeia. Situaremos, geograficamente, o território da Aldeia em Palmeira dos Índios, para melhor vislumbrar o campo de estudo.



Mapa 1 – Território da aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goiti

Fonte: Cavalcante (2024)

Observando o mapa, percebe-se que a grande parte do território é ocupada pela vegetação nativa e as áreas de plantio, restando apenas uma pequena fatia do espaço para a construção das casas de famílias indígenas. O mapa possibilita localizar e delimitar a poção de terras habitadas pelos indígenas aldeados. Essa região situada na parte mais alta da cidade, acerca de 561 metros de altitude, localizada às margens de um dos principais pontos de turismo religioso, o monumento do Cristo Redentor, assentado no alto da Serra do Goiti.

O relevo acidentado da Serra dificulta tanto o processo de construção das casas dos indígenas quanto o plantio e a colheita dos alimentos. Motivados pela urgência e a necessidade de expandir as áreas de agricultura coletiva, os indígenas se mobilizaram para comprar a terra que atualmente configuram a Aldeia. A aquisição foi de um posseiro que, por sinal, ainda detém a posse das terras circundando o aldeamento; a compra foi atestada com uma certidão de compra e venda, em posse das lideranças indígenas, haja vista que ela não podendo ser registrada em cartório devido à complexidade fundiária na área. É importante destacar que todo o território envolvente a aldeia está na área pleiteada para homologação da terra indígena Xukuru-Kariri, conforme informou em relatório a antropóloga Siglia Zambrotti (2008).

Mesmo amparados pelo preconizado na Lei 6.001 de 1967, o Estatuto do Índio, que toda terra indígena é inalienável, o povo Xukuru-Kariri ainda enfrenta inúmeras investidas contra seus territórios, sendo constantemente ameaçados pelos posseiros e grandes fazendeiros da região, demonstrando o quanto ainda estão em uma situação de vulnerabilidade. E sendo extremamente recorrente a necessidade de resistirem, reafirmando os direitos reivindicados aos órgãos indigenistas oficiais. O principal motivo dessas investidas é a morosidade para a conclusão do processo demarcatório, pois os fazendeiros invasores ainda permanecem sob o domínio das terras, provocando a perda sistemática dos territórios e forçando os indígenas, muitas vezes, comprarem as próprias terras, como destacou o Cacique:

O Estado, lá atrás, vendeu nossas terras para os antepassados deles [os posseiros], então tivemos que comprar e eles nos venderam, pronto. [...] A

gente precisava da terra para viver. [...] Os documentos [de compra e venda da terra] estão em posse do meu sogro. [...] A gente está aqui, firme, porém o processo com o Governo Federal e com a FUNAI é lento e a gente não tinha como esperar, foi quando acabamos adquirindo com recurso próprio 12 tarefas de terra, pra gente poder se manter pelo menos em nossas casas (Luiz André, 2024).

Em relação aos pioneiros na Aldeia, o Cacique André informou, em entrevista, que a Dona Pastora Maria da Conceição e o primeiro marido, um não indígena conhecido como Paulo, foram os primeiros habitantes na região onde atualmente é a Aldeia, tendo chegado à localidade por volta da primeira metade do século XX. Dentre os relacionamentos, Dona Pastora se casou, pela terceira vez, com o Sr. João Braga, com o qual teve um filho, popularmente conhecido como “Zé da Serra”, sogro do Cacique André e pai do Pajé John Edson, atuais lideranças na Aldeia. Ainda durante a primeira entrevista, o Cacique André destacou:

[...] a gente é a aldeia mais jovem que tem em Xukuru-Kariri. Mas aqui nós, como aldeia, como comunidade indígena, a gente tá aqui há mais ou menos cinco ou seis anos, mais ou menos isso aí. Porém, o meu sogro e a falecida mãe dele já residiam aqui desde sempre, desde a mocidade. A mãe do meu sogro, são indígenas, sempre, porém nunca quiseram ingressar em nenhuma aldeia indígena justamente por medo, da época dos coronéis, que mandavam na cidade, aquela coisa toda, perseguição, discriminação com indígenas e eles permaneceram sempre aqui. Então nós hoje, nova geração, a gente tentou resgatar, trouxemos, juntamos nossas famílias que tavam em outras aldeias, em demais aldeias, e então a gente juntou as famílias aqui, tudo uma família só, tudo cunhado primo, sobrinhos, entendeu? [...] (Luiz André, 2023).

Essa situação evidencia a postura das elites político-fundiárias em relação aos povos indígenas no Brasil, se abordarmos um macro recorte, mas também em relação aos no município de Palmeira dos Índios, em um recorte geográfico mais delimitado. Não sendo recente as perseguições contra estes povos, esse tipo de assédio está, constantemente, marcado na história desses grupos

étnicos; ademais, são historicamente tratados como os provocadores de desavenças, no que envolvem assuntos referentes a situação territorial da etnia (Santos, 2020).

O espírito contraditório circundando o município de Palmeira é marcado por forte hipocrisia; ao passo em que a elite busca, veementemente, invisibilizar e descredibilizar as mobilizações indígenas, diversos estabelecimentos locais assumem como identidade nas fachadas, nomes e expressões indígenas relacionados ao povo Xukuru-Kariri, como "Farmácia do Goiti", "Drogaria Xucuru" e "Copiadora Kariri", dentre outros comumente vistos na cidade. Essa situação contraditória parte, afinal, dos donos desses estabelecimentos, utilizando nomes indígenas, mas sendo contra as demarcações territoriais (Santos, 2020).

Os relatos do Cacique André contribuem para compreender, observando a forte preocupação com a ancestralidade, a participação das novas gerações para se organizarem no retorno dos parentes dispersos ao território de origem. A fim de se reestabelecerem e fortalecer o pertencimento étnico, familiar e territorial, além da constante procura por melhores condições de vida nas aldeias, direito assegurados constitucionalmente.

Pois, os diversos povos indígenas do Brasil, presentes em todas as partes do território nacional, possuem culturas, costumes, práticas religiosas e identidades próprias, característica que pode ser verificada na afirmação do antropólogo indígena Gersem Baniwa (2021, p. 15): "somos povos originários desta terra e vivemos com nossas identidades, cosmovisões e epistemologias específicas e especial relação com os territórios que habitamos e com a natureza da qual fazemos parte e de quem somos dependentes".

## O pertencimento étnico a múltiplas territorialidades

É indispesável, antes de iniciarmos este tópico, analisar os principais conceitos utilizados no estudo sobre o território indígena, a fim de não deixar ambíguas ou abstratas as ideias discutidas. Por este motivo, primeiramente definindo o conceito de território, para posteriormente abordar os

desdobramentos dessa concepção. Para isso, seguimos alguns preceitos complementares dialogando desde as perspectivas políticas e funcionais até as relações simbólicas e culturais; uma vez que as questões fundiárias indígenas perpassam por valores políticos e cosmopolíticos, diretamente vinculados ao âmbito sociocultural, como bem destacou Raffestin (1993, p. 145), ao escrever que

(...) o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [ator que realiza um programa] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [por exemplo, pela representação], o ator 'territorializa' o espaço.

Esse conceito representa uma concepção diretamente vinculada ao âmbito político; entretanto, a complexidade dos dilemas relacionados ao território do povo Xukuru-Kariri não pode ser resumida apenas sob esse espectro, pois todo território também é simbólico e funcional (Haesbaert, 2005). A título de exemplo, destacamos o povo indígena Jiripankó, no município de Pariconha, Alto Sertão alagoano, com um conceito semelhante de território simbólico-funcional, pois acentuam a mística ritualística ao manifestarem a "valorização do território enquanto bem material" (Peixoto, 2023, p. 199).

Durante a pesquisa de campo, observamos que os indígenas traduziam o "território" por óticas diferentes, ora representando um "campo de força" no sentido de proteção material, ora como o abrigo do imaterial sagrado, ou seja, as expressões socioculturais. Nesse sentido, o território simbólico priorizando as relações culturais imbuídas ao mesmo, sendo o espaço (no sentido *lato* do termo) de referência identitária e pertencimento do povo a um território funcional, como destacou Haesbaert (2005, p. 6776) "[...] é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo ['lar' para o nosso repouso], seja como fonte de recursos naturais".

Com isso, o território funcional da aldeia, estritamente discutido por Haesbaert (2005), é entendido como sendo o abrigo, lar e refúgio dos indígenas. Pois, fora desses espaços eles são, com frequência, expostos as represálias da população envolvente e da elite local, demonizando suas

práticas religiosas e qualquer outra fora do sistema de fé tradicional cristão, alimentando o racismo e estereótipos perpetuados para descredibilizar as mobilizações territoriais desses povos tradicionais.

A Aldeia Cristo do Goití remonta aos antepassados de referência dos atuais habitantes, seus parentes idosos, uma vez que o contexto do retorno destes para a região onde os mais antigos tradicionalmente habitaram e em determinado momento abandonaram, deixando o lugar de origem e tendo de se arriscar migrando para a cidade ou outros estados. Como citado pelo Cacique André (2023): “foram, uns tão em São Paulo, uns infelizmente já se mudaram. E aí os netos e filhos resolveu vir pra cá, pra gente reconstruir, recapitular [...]”. Destacamos, vinculação do território com a memória do povo, sendo “recapitular” o termo utilizado pelos indígenas ao retratar o retorno dos parentes dispersos pela cidade e demais localidades.

Com isso, analisamos as complexidades presentes nas representações do universo indígena por uma narrativa endógena, entendendo a importância de destacar suas reflexões sobre o que está sendo mostrado para as populações não-indígena do Brasil. Pois, “o conhecimento indígena é marcado por sua própria agência de pensamento. A tradição dos pensamentos é pautada pelo território e pela passagem de conhecimentos de geração em geração” (Penha, 2023, p. 133).

Além dos conceitos previamente apresentados, precisamos entender sobre a territorialidade para, posteriormente, compreender a multiterritorialidade do sagrado. Ao longo das entrevistas, foi evidenciada a existência de dois aspectos (o ambiente físico e as práticas ritualísticas) de grande importância para o povo: o Terreiro e o ritual do Ouricuri. Ambos com acentuada dimensão religiosa, além de regras e práticas próprias; logo, entendemos tanto o território quanto o ritual como aspectos fundamentais e indissociáveis do povo indígena, pois intensificam as práticas religiosas das chamadas tradições (Peixoto, 2023).

Para melhor discutir esses conceitos, deve-se entender que “a territorialidade como sistema de relações é também um sistema de trocas e, consequentemente, atualmente, um sistema de fluxo de todos os tipos entre a exterioridade [o ambiente físico] e a alteridade [o ambiente social]” (Raffestin,

2012, p. 129). Seguindo esse viés, a multiterritorialidade é entendida como a capacidade de um indivíduo ou um grupo étnico em estabelecer relações e conexões com múltiplos territórios ao longo do tempo.

Esses conceitos se inserem na situação da Aldeia Cristo do Goití pela conexão e relação estabelecida pelos indígenas com os aspectos territoriais e religiosos, como confirmou o Cacique ao ser perguntado sobre a participação dos indígenas no ritual do Ouricuri em outras aldeias, “sim, lá da aldeia do Capela a gente participa, tem alguns aqui que participam também de um dos Ouricuri da fazenda Canto, eu com meus filhos vou para Kariri-Xocó, Porto Real do Colégio, sou de lá, então tenho total liberdade lá” (Luiz André, 2023). Sendo assim, é traçado uma forte trama entre as relações interétnicas, privilegiando os laços entre os indígenas em Palmeira dos Índios, sendo fundamental para o fortalecimento dos elos e unindo não apenas as aldeias no município, mas também a etnia a qual pertence o Cacique André, Kariri-Xokó em Porto Real do Colégio/AL.

O Terreiro é um espaço geográfico, mítico e religioso na grande maioria das aldeias indígenas no Nordeste, nele ocorre os principais rituais, a exemplo do Toré e o Ouricuri, esse ambiente sagrado é externalizado pelas práticas religiosas nele praticado. A cada ritual realizado, as expressões socioculturais e as chamadas tradições do povo que o circunda são reavivadas e fortalecidas; tão logo, a negação desse espaço e as investidas por parte dos fazendeiros e posseiros é uma tentativa direta de silenciamento e/ou enfraquecimento das expressões socioculturais indígenas (Peixoto, 2023).

Entre os Xukuru-Kariri, o terreiro representa o orgulho maior, por ser o foco da materialização do imaterial sociocultural e por abrigar a ancestralidade e as tradições religiosas. É o lugar onde os indígenas, durante os rituais, se reservam do mundo exterior e conectam com o sagrado. Essa prática, foi também facilmente constatada entre os indígenas na Aldeia Cristo do Goití, assim como destacou o Cacique André (2023): “toda aldeia indígena quer ter o seu terreiro [...] todo mundo precisa da assembleia, o salão [...]”.

O Ouricuri, por sua vez, representa um “elemento cultural fronteiriço com o não-índio”

(Peixoto, 2019, p. 36), essa fronteira entre os dois universos se estabelecendo justamente por que é um “ritual que acontece secretamente em um terreiro localizado em lugar reservado na mata. Nesse ritual só os índios podem entrar. Assim como há interdição da entrada do não-índio, há um silêncio sobre o que acontece nesse evento religioso” (Peixoto, 2019, p. 36). A presença de um não indígena nesse ritual é veementemente proibida, motivo pelo qual dispomos de poucas informações acerca do assunto.

Destacando a inexistência de um aspecto ou de um espaço mais sagrado em detrimento a outro, são diferentes, com regras e proibições igualmente distintas e específicas de cada aldeia, povo ou grupo étnico. Sendo esses lugares e rituais um forte elo com as demais aldeias e etnias. Contudo, algumas aldeias do povo Xukuru-Kariri, a exemplo da Cristo do Goiti, não possuem terreiro nem a prática do ritual do Ouricuri, enquanto outras aldeias contam com mais de um terreiro, mobilizando os indígenas para participarem dos rituais em diferentes aldeias, fenômeno comum entre a etnia. Ademais, ressaltando, que somente aqueles indígenas seguindo um ritual prévio de reclusão, a fim de purificar o corpo e alma, podem entrar nesses ambientes sagrados.

Na aldeia estudada, além do pertencimento multiterritorial justificado por manterem uma rede de relações estreita com outras aldeias, realizando o ritual do Ouricuri, existe a presença da multiterritorialidade étnica, conforme apresentado pelo Cacique, o qual frequenta e mantém forte proximidade com os parentes Kariri-Xokó, o povo de origens no município de Porto Real do Colégio/AL.

É pertinente retomar as questões relacionadas as origens étnicas desse povo indígena, uma vez que sempre estiveram diante dos processos de desterritorialização, reterritorialização e resistência étnica. Sendo assim, a desterritorialização é o ato da perda ou destruição do território, podendo ser percebida se remetemos a chegada dos povos Xucuru e Cariri à região de Palmeira dos Índios, pois foram sendo expulsos dos territórios ancestrais, fugindo tanto da escravização e das investidas dos colonos no litoral, como da grande seca assolando a região habitada pelo povo Xucuru do Cimbres, no município de Pesqueira/PE, provocando a migração

para o atual município de Palmeira dos Índios (Soares, 2020).

O segundo termo, a reterritorialização, é a reconstrução do território e dos aspectos sociopolíticos e culturais, ressignificando os elementos culturais nele presentes (Fuini, 2014). Esse movimento de ressignificação territorial é predominantemente visto entre os indígenas no Nordeste, assim como a ressignificação da cruz e de imagens religiosas, originalmente, da religião católica romana, como a Nossa Senhora do Amparo, atualmente, para muitos indígenas Xukuru-Kariri, vista como sua protetora. Como mencionado por uma anciã indígena na Aldeia do Boqueirão, Dona Nina<sup>6</sup>: “Ela é a protetora dos índios, indígenas Xukuru-Kariri. Nós adoramo ela todo dia 23 de dezembro (...)” (Silva, 2023). Esse discurso é reflexo, ou cicatriz, das ações colonialistas que afetaram em grande escala a região, com os indígenas ressignificando o entorno, resistindo com suas expressões socioculturais.

Por último, a resistência étnica ocorre em consequência das investidas por parte das elites político-fundiárias, constantemente promovendo discursos falaciosos para implantar o pavor na sociedade palmeiríndia, alegando uma falência econômica no município após a demarcação da T.I. Xukuru-Kariri. Em resposta a esses discursos, a etnia reafirma a presença e direitos, como sujeitos ativos e mobilizando ações políticas, para garantir o devido amparo legal pelo órgão indigenista oficial. Além disso, os processos de retomadas do território, quando bem-sucedidos, fortalecem a etnia (Peixoto, 2019); sendo essa ação a principal marca da resistência indígena frente à tentativa de silenciamento e invisibilização impostas pela elite local.

Os estudos sobre os três temas são, acima de tudo, permeados por uma multidisciplinaridade constante, pois para compreendê-los é necessário dialogar com áreas interligadas a outros campos de estudo, como a Antropologia e a Geografia. Buscando com esses diálogos a compreensão que vivemos em uma sociedade plural, a ser estudada respeitando as especificidades, as tramas e as necessidades de cada grupo social que a compõe.

Devido os contextos de perseguições e conflitos com os posseiros, fazendeiros e membros

da sociedade envolvente, o povo Xukuru-Kariri teve que, por diversas vezes ao longo da História, se invisibilizar e negar a identidade contra as possíveis represálias. Temendo que o sagrado indígena seja novamente ameaçado, não permitem estudos aprofundados sobre as práticas religiosas, como ocorre também em outras etnias, e por este motivo não nos aprofundamos nas discussões sobre a religião Xukuru-Kariri e buscamos apenas entender e descrever as representações sobre o território e a importância para os indígenas.

## Considerações finais

As disputas territoriais com invasores são recorrentes entre os povos indígenas desde um passado bem distante, pois são questões suscitadas com a colonização portuguesa a partir do início do século XVI. Na contemporaneidade, ainda observamos as mesmas reivindicações desses povos pelos seus territórios. Este artigo analisou as principais interpretações referentes ao território no que se refere à aldeia emergente Cristo do Goití, apresentando as primeiras reflexões para promover novas provocações a pesquisadores e nos órgãos indigenistas oficiais.

A ausência de estudos sobre a Aldeia e as complexidades sociopolíticas se apresentaram de forma flagrante, dificultando, em partes, a realização das pesquisas para elaboração desse texto. Desejando com a repercussão das discussões suscitadas, que as narrativas dos indígenas ecoem cada vez mais, contribuindo para conquistarem espaços e direitos outrora inviabilizados ou negados. Os desdobramentos da pesquisa apresentada ao longo do artigo possibilitaram a realização das primeiras entrevistas orais com os indígenas; entretanto, muitas outras narrativas assejam a ser ouvidas, proporcionando novas abordagens teóricas e metodológicas sobre os Xukuru-Kariri na Aldeia Cristo do Goití.

As pesquisas realizadas não exauriram o tema ou as possíveis discussões sobre o assunto, uma vez que tampouco se propuseram a isso. Novas pesquisas devem vir a surgir tanto no campo do território e seus faccionalismos, como os temas circundando as questões socioculturais, políticas e

religiosas desse povo. Esta ação ainda embrionária, destacou a importância de inserir a Aldeia Cristo do Goití nos debates e pesquisas sobre o povo Xukuru-Kariri, assim como nos futuros desdobramentos políticos referentes as demarcações territoriais, reconhecimento étnico e acesso aos bens e serviços públicos destinados aos povos originários.

Observamos que a formação do aldeamento estudado foi proporcionada por grandes esforços dos indígenas em recuperar os territórios de posse imemorial. Nossos estudos apontaram que as relações familiares e de parentesco foram cruciais para o estabelecimento das relações sociopolíticas na Aldeia e a força de mobilização possibilitou o retorno ao território, que não representa apenas uma conquista do espaço físico, mas a reafirmação do pertencimento identitário desse povo. As memórias coletivas compartilhadas por várias gerações, constitui a identidade étnica de um povo e representou, no caso da Aldeia Cristo do Goití, a conquista territorial.

## Notas

1 Os fazendeiros são aqueles que possuem a posse, documentada, das terras. Enquanto que os posseiros são os que se ocupam, irregularmente, das terras em litígio indígena.

2 A imagem apresenta um croqui, fonte primária produzida por Luiz Torres em 1971, que durante 16 dias percorreu o território doado pelo sesmeiro e registrou tudo em forma de desenho nesse croqui. O original está em posse do Acervo Documental do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL) no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas.

3 Primeira entrevista realizada no dia 05 de novembro de 2023, em colaboração com professores parceiros.

4 Segunda entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2024.

5 Tarefa de terra é uma unidade de medida agrária do Nordeste correspondente a 3.300 m<sup>2</sup>.

6 Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2023, no decurso de outra pesquisa, com a Dona Nina (Ermelinda Celestino), uma anciã indígena Xukuru-Kariri de 98 anos que, durante toda a sua vida, foi cantadora, curandeira e parteira. Atualmente mora na cidade de Palmeira dos Índios/AL, porém ainda frequenta a aldeia do Boqueirão e participa dos seus rituais.

## Referências

ALARCON, Daniela. **O retorno dos parentes:** mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

ALBERTI, Verena. **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBERTI, Verena. **Manual da história oral.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona - Kariri - Xukuru:** aspectos socioantropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Maceió: UFAL, 1973.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. A pedagogia da resiliência indígena em tempos de pandemia. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-17, 2021.

CAVALCANTE, Madson Correia. **Palmeira dos Índios:** mapa do território da aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goití. Palmeira dos Índios: Uneal, 2024. 1 mapa, color., 22,5 x 19 cm. Escala 1:1245.

DÓRIA, Síglia Zambrotti. **Resumo do relatório de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru-Kariri.** Brasília: Diário Oficial da União, 20 de out. de 2008.

FUINI, Lucas Labigalini. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, v. 15, n. 1, p. 21-34, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - USP.** São Paulo, p. 6774-6792, 2005.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas.** Texto publicado no site “Transcrições.com”. 2014. Disponível em: [https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto\\_orientacao\\_transcricao\\_entrevista.pdf](https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf). Acesso em: 05 nov. 2024.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. Maceió: Editora Olyver, 2019.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume:** religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó-Alagoas. Palmeira dos Índios: GPHIAL, 2023.

PENHA, Izabelle Louise Monteiro. O conhecimento indígena é uma matéria decolonial? **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 10, n. 03, p. 133-146, 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PIRIGIPE, Luiz André Pires. **A origem da aldeia Cristo do Goití.** Novembro de 2023. Entrevistadores: Brunemberg da Silva Soares; Erick Charlles Oliveira Silva. Aldeia Cristo do Goití - Palmeira dos Índios/AL. 2023. Entrevista gravada em formato MP3.

PIRIGIPE, Luiz André Pires. **O Cacique Luiz André e a Aldeia Cristo do Goití**. Outubro de 2024. Entrevistadores: Erick Charlles Oliveira Silva e Ezequiel Pedro Farias Cajueiro. Casa do cacique Luiz André na Aldeia Cristo do Goití - Palmeira dos Índios/AL. 2024. Entrevista gravada em formato MP3.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Space, Territory, and Territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 30, p. 121-141, 2012.

RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. “É tão bom dançar toré com os praiás”: etnicidade e ritual entre os Jiripankó – Alagoas. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xukuru-Kariri e as elites: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios-AL (1979-2015)**. Maceió: Editora Olyver, 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SILVA, Ermelinda Celestino da. **Conhecendo uma anciã**. Outubro de 2023. Entrevistador: Erick Charlles Oliveira Silva. Casa de Dona Nina – Palmeira dos Índios/AL. 2023. Entrevista gravada em formato MP3.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010)**. Maceió: Editora Olyver, 2020.